

One7 Holding S.A

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Mensagem da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balanço patrimonial individual e consolidado	7
Demonstração de resultado individual e consolidado	8
Demonstração de resultado abrangente individual e consolidado	9
Demonstração das mutações do passivo a descoberto individual e consolidado	10
Demonstração do fluxo de caixa individual e consolidado – Método Indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12

Tatuí – SP, 13 de maio de 2026

Aos acionistas da
ONE7 HOLDING S.A

Senhores Acionistas,

A Administração da **ONE7 HOLDING S.A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 15 de fevereiro de 2019 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objeto social ser Holding de instituições não-financeiras (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE nº 64.62-0-00).

Em 2022 o principal fato ocorrido foram as transferências das ações para novos acionistas, o que fez parte do plano de reorganização societária e expansão dos negócios do grupo One7.

Em 06 de dezembro de 2022 a Companhia fez parte de uma reorganização societária, na qual passou a ser controladora das demais empresas do grupo. Esse movimento ocorreu por meio do aumento de capital de seus acionistas, que utilizaram suas cotas de capital as quais eram detentores em outras companhias. Assim a One7 Holding S.A. passou a ser a controladora do grupo.

Também houve a alteração da razão social de One7 Tecnologia e informação LTDA para One7 Holding S.A., bem como o tipo societário mudou de limitada para sociedade anônima.

Conforme descrito no estatuto social, após a apuração de resultado, será constituída a reserva legal, ocorrendo em seguida a deliberação em assembleia a respeito da destinação dos lucros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve prejuízo, não ocorrendo assim a constituição de reservas ou distribuição de lucros.

Atenciosamente,

ONE7 HOLDING S.A

Diretor Presidente
João Paulo de Oliveira Cruz

Procurador
Everaldo Moreira



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores da

One7 Holding S.A

Tatuí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da One7 Holding S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da One7 Holding S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

One7 Holding S.A.

Balanco patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em Reais

		Individual		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.994	441.783	10.912.544	13.808.231
Direitos creditórios a receber	5.b	-	-	243.907.881	178.062.189
Perdas esperadas com direitos creditorios	5.a	-	-	(49.900.206)	(38.101.494)
Tributos a recuperar	6	136.836	126.694	2.455.721	1.678.871
Outros créditos	9	55.533	2.598	570.902	503.338
Total do ativo circulante		221.364	571.075	207.946.842	155.951.135
Não circulante					
Mútuo a receber	7	834.902	751.796	834.902	751.796
Direitos creditórios a receber	5.b	-	-	15.151.415	4.309.919
Debêntures	8	-	-	8.217.160	-
Outros Créditos	9	-	-	30.000	196.641
Debêntures intercompany	8	39.170.050	35.096.271	-	-
Outros Valores	10	-	-	1.176.697	2.868.595
Imposto de renda e contribuição social diferida	11	-	-	26.615.774	28.271.353
Investimento em cotas de Fundo	12	-	-	83.726.391	90.386.071
Investimentos	13	18.567.615	9.364.071	-	-
Imobilizado	14	-	-	2.365.644	1.571.927
Direito de uso	15	-	-	920.364	855.822
Total do ativo não circulante		58.572.567	45.212.138	139.038.347	129.212.124
Total do ativo		58.793.930	45.783.213	346.985.189	285.163.259

		Individual		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	2.985	10.031	91.907	45.182
Debêntures	22		3.196.753	44.319.412	48.821.014
Obrigações trabalhistas	19	-	-	1.538.866	2.677.561
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	14.000.003	-
Obrigações tributárias	18	21.749	818	692.607	1.291.728
Outras contas a pagar	17	45.108	38.564	3.274.489	3.927.032
Arrendamento	15	-	-	430.963	486.947
Total do passivo circulante		69.842	3.246.166	64.348.247	57.249.464
Não circulante					
Arrendamento	15	-	-	655.453	509.633
Mútuos parte relacionada	21	696.777	513.335	-	-
Debêntures	22	92.814.494	76.722.074	326.954.574	270.844.147
Passivo a descoberto sobre investimentos	13	10.185.902	8.741.623	-	-
Total do passivo não circulante		103.697.173	85.977.032	327.610.027	271.353.780
Passivo a descoberto					
Capital social	23.a	50.259.782	50.259.782	50.259.782	50.259.782
AFAC				-	-
Prejuízos acumulados	23.c	(34.115.593)	(32.582.493)	(34.115.593)	(32.582.493)
Ágio em Transação de capital	23.d	(54.012.117)	(54.012.117)	(54.012.117)	(54.012.117)
Instrumento Patrimonial	23.b	(7.105.157)	(7.105.157)	(7.105.157)	(7.105.157)
Resultado do exercício		(1.533.101)	(5.395.441)	(1.533.101)	(5.395.441)
Total do passivo a descoberto		(44.973.085)	(43.439.985)	(44.973.085)	(43.439.985)
Total do passivo e passivo a descoberto		58.793.930	45.783.213	346.985.189	285.163.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

One7 Holding S.A.

Demonstração de resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em Reais

	Notas	Individual		Consolidado	
		2025	2024	2.025	2.024
Receita de juros	24	72.914	102.320	57.435.291	37.373.300
Receita de tarifa	24	-	-	1.533.805	-
Despesa de juros	25	-	-	(48.074.030)	(27.934.906)
Resultado líquido de juros		72.914	102.320	10.895.066	9.438.394
Receita de serviços	24	-	-	19.134.857	15.543.059
(-) Custo serviços prestados	25	-	-	(15.233.672)	(11.761.333)
Receita de serviço líquida		-	-	3.901.185	3.781.726
Despesas com pessoal	28	-	-	(5.631.786)	(7.454.120)
Despesas administrativas	29	(217.673)	(164.645)	(13.633.021)	(14.908.654)
Perdas com direitos creditórios	5.a	-	-	(11.798.712)	(6.966.185)
Despesas com depreciação e amortização	30	-	-	(747.339)	(718.501)
Despesas tributárias	31	(197.125)	(18.661)	(259.351)	(74.660)
Resultado com investimento	26	-	-	28.340.320	30.225.929
Resultado de equivalência patrimonial	13	7.600.238	6.963.574	-	-
Total das despesas		7.185.440	6.780.268	(3.729.890)	103.809
Resultado operacional		7.258.354	6.882.588	11.066.361	13.323.929
Resultado de aplicações financeiras	27	4.107.671	250.945	6.322.462	1.840.112
Outras receitas	27	-	-	638.793	228.347
Despesas financeiras	27	(12.899.126)	(12.528.973)	(14.312.586)	(14.047.908)
Resultado financeiro líquido		(8.791.456)	(12.278.028)	(7.351.331)	(11.979.449)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.533.101)	(5.395.440)	3.715.030	1.344.480
Imposto de renda e contribuição social corrente	32	-	-	(3.592.552)	(4.185.667)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	-	-	(1.655.579)	(2.554.252)
Resultado do exercício		(1.533.101)	(5.395.440)	(1.533.101)	(5.395.440)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

One7 Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(1.533.101)	(5.395.440)	(1.533.101)	(5.395.440)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.533.101)	(5.395.440)	(1.533.101)	(5.395.440)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

One7 Holding S.A.

Demonstração das mutações do passivo a descoberto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Notas	Capital Social	Resrva de capital		Prejuízos Acumulados	Total
			Instrumento patrimonial	Transação de capital		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		50.260.000	(7.105.157)	(54.012.117)	(27.186.274)	(38.044.546)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(5.395.440)	(5.395.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23	50.260.000	(7.105.157)	(54.012.117)	(32.581.714)	(43.439.985)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(1.533.101)	(1.533.101)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	23	50.260.000	(7.105.157)	(54.012.117)	(34.114.815)	(44.973.085)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

One7 Holding S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(1.533.101)	(5.395.440)	(1.533.101)	(5.395.440)
Ajuste para conciliação do prejuízo do exercício				
Juros sobre debêntures passivo	12.895.667	12.528.596	56.215.814	39.809.384
Juros sobre debêntures ativo	(4.073.779)	-	(757.161)	-
Juros sobre mutuo	(83.106)	(102.320)	(83.106)	(102.320)
Juros arrendamento	-	-	168.765	168.788
Depreciação	-	-	747.339	718.501
Resultado de equivalência patrimonial	(7.600.238)	(6.963.574)	-	-
(Aumento)/Redução de impostos diferidos	-	-	1.655.580	2.553.644
Resultado com fundo de investimento	-	-	(28.340.320)	(30.225.929)
Prejuízo do exercício ajustado	(394.557)	67.262	28.073.810	7.526.629
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) em direitos creditórios a receber	-	-	(64.888.476)	(41.282.739)
(Aumento)/redução em outros ativos	(52.935)	-	1.400.322	(1.701.222)
Aumento em obrigações trabalhistas	-	-	(1.138.698)	1.589.131
(Aumento)/redução em impostos a recuperar	(10.142)	(125.228)	(776.849)	(425.558)
Aumento em obrigações tributárias	20.931	(2.004)	(599.112)	999.149
(Aumento)/redução fornecedores	(7.046)	(11.203)	46.726	(188.273)
Aumento em outras contas a pagar	6.545	24.079	(261.890)	789.028
Caixa gerado (utilizados nas) atividades operacionais	(437.204)	(47.094)	(38.144.167)	(32.693.855)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de debênture	-	-	(7.460.000)	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(1.605.599)	(46.220)
Venda de imobilizado	-	-	-	53.000
Aquisição de fundo de investimento	-	-	-	(203.355)
Amortização de fundo de investimento	-	-	35.000.000	464.945
(Aumento) Imobilizado e/ou direito de uso	-	-	-	(224.000)
Caixa líquido usado/aplicado nas atividades de investimentos	-	-	25.934.401	44.370
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de mútuo	-	(4.628.984)	-	-
Baixa de investida	(159.027)	-	-	-
Mútuo Adquirido	183.442	-	-	-
Captação de debênture	-	-	10.505.041	54.725.000
Pagamento de debênture	-	-	(12.095.000)	(24.180.000)
Pagamento juros debênture	-	-	(3.017.035)	(4.196.130)
Recebimento de debênture	-	-	-	260.689
Empréstimos captados	-	-	14.000.000	-
Passivo arrendamento	-	-	(78.927)	(438.311)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	24.415	(4.628.984)	9.314.079	26.171.248
Variação líquida do caixa e equivalente de caixa	(412.789)	(4.676.078)	(2.895.687)	(6.478.237)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	441.783	5.117.861	13.808.231	20.286.469
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	28.994	441.783	10.912.544	13.808.231
Variação líquida do caixa e equivalente de caixa	412.789	4.676.078	2.895.687	6.478.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A One7 Holding S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Doutor Prudente de Moraes, nº 345, sala 21, bairro Centro, na cidade de Tatuí, estado de São Paulo, CEP: 18.270-280, constituída em 15 de fevereiro de 2019 é uma sociedade de ações que tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista.

A Companhia detém 100% de participação societária em suas controladas, aqui mencionada como “Grupo”.

1.1 Relação de entidades controladas

(i) One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A. (“One7 Securitizadora”):

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía participação societária de 100% na One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A, que tem como objeto social a securitização de créditos e ativos empresariais (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE nº 6492-1/00). A Companhia observa a Lei nº 14.430, de 4 de agosto de 2022, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), no que se refere à emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Nos termos da Resolução CVM nº 60, a Companhia pode se enquadrar como sociedade de propósito específico (“SPE”), hipótese em que não é exigido registro como emissor perante a CVM, sem prejuízo da observância das normas aplicáveis às ofertas públicas de valores mobiliários.

Nesse contexto, as ofertas de títulos de securitização poderão ser realizadas com dispensa de registro, desde que observados os requisitos da Resolução CVM nº 160, inclusive quando destinadas exclusivamente a investidores profissionais, permanecendo tais operações sujeitas ao arcabouço regulatório da CVM.

A Companhia atua antecipando recebíveis mediante a aquisição de créditos já existentes para empresas de pequeno e médio porte, fomentando o cenário econômico nacional, ajudando empresas a se fortalecer e expandirem seus negócios.

(ii) Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. (“Legacy”):

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía participação societária de 100% na Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. É uma sociedade limitada que tem por objetivo a atividades de securitização de créditos comerciais. que tem como objeto social a securitização de créditos e ativos empresariais (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE nº 6492-1/00). A Companhia observa a Lei nº 14.430, de 4 de agosto de 2022, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), no que se refere à emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Nos termos da Resolução CVM nº 60, a Companhia pode se enquadrar como sociedade de propósito específico (“SPE”), hipótese em que não é exigido registro como emissor perante a CVM, sem prejuízo da

observância das normas aplicáveis às ofertas públicas de valores mobiliários.

Nesse contexto, as ofertas de títulos de securitização poderão ser realizadas com dispensa de registro, desde que observados os requisitos da Resolução CVM nº 160, inclusive quando destinadas exclusivamente a investidores profissionais, permanecendo tais operações sujeitas ao arcabouço regulatório da CVM.

A Companhia atua antecipando recebíveis mediante a aquisição de créditos já existentes para empresas de pequeno e médio porte, fomentando o cenário econômico nacional, ajudando empresas a se fortalecer e expandirem seus negócios.

(iii) One7 Consultoria em Análise de Crédito e Cobrança Ltda (“One7 Consultoria”):

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía participação societária de 100% na One7 Consultoria em Análise de Crédito e Cobrança. A Controlada foi constituída em 06 de dezembro de 2018 como sociedade limitada e tem por objetivo a atividades de consultoria em gestão empresarial e atividades de cobranças e informações cadastrais.

(iv) One7 Pagamentos Ltda (“One7 Pagamentos”):

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía participação societária de 100% na One7 Pagamentos Ltda. A Controlada foi constituída em 21 de janeiro de 2021 como sociedade limitada e tem como objeto social a atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral e operadora de cartão de débito. A Controlada em 2025 iniciou um novo produto, trata-se da utilização de uma plataforma para ser um correspondente bancário e ter comissão de corretagem sobre os produtos adquiridos nesta plataforma, a ideia é que futuramente os novos clientes utilizem a conta digital One7, no entanto ainda não possui receitas operacionais que sejam suficientes para honrar com o pagamento das despesas

(v) Rapidoo Serviços de Tecnologia Ltda (“Rapidoo”):

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía participação societária de 100% na Rapidoo Serviços de Tecnologia Ltda. A Controlada foi constituída em 14 de julho de 2016 como sociedade limitada, sendo adquirida pela controladora em 2020 e tem como objeto social: a atividade cobranças e informações cadastrais, factoring, tratamento de dados, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.

(vi) One7 Holding Financeira Ltda (“One7 Holding Financeira”)

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía participação societária de 100% na One7 Holding Financeira Ltda. A Controlada foi constituída em 29 de setembro de 2021 como sociedade limitada e tem como objeto social: a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar. A empresa encerrou suas atividades em Dezembro de 2025.

1.2 Continuidade

A Companhia apresentou passivo a descoberto nos montantes de R\$ 44.973.085 e R\$ 43.439.985 nos exercícios de 2025 e 2024, respectivamente, e em contrapartida apresentou redução significativa nos prejuízos dos exercícios no montante de R\$ 1.533.101 em 2025 e R\$ 5.395.440 em 2024.

Considerando que o Grupo apresentou prejuízo no exercício, a Administração avaliou os impactos

desses fatores sobre a continuidade operacional, e apesar desse cenário, não foram identificadas incertezas relevantes que possam comprometer a capacidade de continuidade das operações.

A Administração permanece adotando medidas para equilíbrio financeiro e alavancagem de desempenho. O Grupo mantém seu plano estratégico de expansão, com foco na ampliação da oferta de crédito para empresas de pequeno e médio porte, visando impulsionar receitas e contribuir para a recuperação dos resultados. Paralelamente, segue com o objetivo de oferecer soluções financeiras completas aos seus clientes, buscando a sustentabilidade e o crescimento de longo prazo.

Atualmente o produto em evidência do Grupo é a securitização de créditos, que em 6 anos de investimento está aprimorando os seus controles, buscando as melhores práticas do mercado e fazendo parcerias de administração e gestão, visando o sucesso e a consolidação do Grupo no segmento financeiro.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, adotando os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela administração em 13 de maio de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Ao definir a moeda funcional, a Administração considerou qual moeda influencia significativamente o valor de seus serviços e a moeda na qual a maior parte dos custos são incorridos. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

- Classificação dos ativos financeiros (consulte a Nota Explicativa 3.5)

- A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- Ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 3.18): a expectativa de realização do ativo fiscal diferido está fundamentada na projeção de lucros tributáveis futuros e em outros estudos técnicos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 12 – Impostos Diferidos
- Nota explicativa nº 19 – Contingências

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, o Grupo classifica em três níveis as informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, como apresentado a seguir:

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os ativos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão classificados no Nível 2.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designado pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Políticas e práticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas e práticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Base de consolidação

(i) **Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os impactos dos investimentos em controladas, ocorrem quando há:

- Distribuição e outros ajustes ao valor contábil: Quando há distribuições recebidas das entidades controladas reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil também podem ser necessários como consequência de mudanças no patrimônio líquido das entidades controladas decorrentes de itens de outros resultados abrangentes;
- Redução ao valor recuperável. Se existe indicação de que um investimento em controladas pode ser reduzido ao seu valor recuperável, o investidor testa todo o valor contábil do investimento para redução ao valor recuperável. Qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) incluído como parte do valor contábil do investimento na coligada não é testado separadamente para redução ao valor recuperável, mas sim como parte do teste de redução ao valor recuperável do investimento como um todo;
- Transação do investidor com controla. Se o investimento em controladas é contabilizado usando o método da equivalência patrimonial, o investidor elimina lucros e prejuízos não realizados, resultantes de transações da controlada para o investidor e deste para a controlada, na medida da participação do investidor na controlada. Prejuízos não realizados em tais transações podem fornecer evidência da necessidade de redução ao valor recuperável do ativo transferido;
- Perdas que excedam o valor contábil do investimento. Se a participação de um investidor nas perdas de controlada for igual ou exceder o valor contábil de seu investimento na controlada, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas adicionais. Após a participação do investidor ser reduzida a zero, o investidor deve reconhecer as perdas adicionais como provisão apenas na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou não formalizadas (construtivas) ou tenha efetuado pagamentos em nome da controlada. Se a controlada subsequentemente reporta lucros, o investidor deve retomar o reconhecimento de sua participação daqueles lucros apenas depois que sua participação dos lucros for igual à participação das perdas não reconhecidas.

(ii) **Participação de acionistas não-controladores**

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O método da equivalência patrimonial é aplicável para todo o investimento em coligadas e controladas. O investimento em patrimônio é reconhecido, inicialmente, pelo preço da transação (incluindo os custos da transação), e é ajustado subsequentemente para refletir a participação do investidor no resultado e em outros resultados abrangentes das coligadas e controladas.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3 Direitos creditórios a receber

O saldo de direitos creditório a receber é demonstrado pelo custo amortizado. Substancialmente são títulos recebidos em contrapartida da antecipação financeira ao cedente. O saldo é avaliado periodicamente, ocorrendo renegociações quando acordado entre as partes. Os direitos creditórios são adquiridos com os recursos líquidos captados através da emissão de debentures.

O grupo de receita diferida registra valores de receita a incorrer conforme o princípio contábil da competência. São receitas de securitização, onde a diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o valor a ser recebido (deságio) é reconhecida pelo princípio da competência, onde é reconhecida mensalmente o valor do deságio proporcional ao período incorrido, ou seja, somente aos juros de fato devido. Caso a operação seja quitada antes do período acordado, os juros proporcionais ao período não utilizado, não será reconhecido no resultado.

3.4 Provisão para perdas esperadas

A Companhia avaliou que os direitos creditórios a receber, adquiridos pelos cedentes, não possuem componente de financiamento. Assim, foi implementada a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas esperadas, conforme disposto no CPC 48.

Para gerenciar os riscos associados à inadimplência, a Companhia estabelece faixas de risco que permitem um monitoramento eficaz dos créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para títulos que apresentarem inadimplência superior a um dia. Foram utilizados percentuais específicos para cada faixa, baseados na rolagem das operações e em um período de observação de 1 ano. Esses percentuais refletem a perda esperada, que é calculada considerando a probabilidade de inadimplência e a gravidade da perda em caso de default, permitindo uma avaliação mais precisa dos riscos e garantindo que a Companhia se prepare adequadamente para possíveis perdas.

No caso de títulos inadimplentes por mais de 181 dias, a Companhia registra uma conta redutora do ativo para contabilizar as baixas por inadimplência. Embora esses títulos permaneçam abertos analiticamente, a rubrica de direitos creditórios a receber é reduzido, refletindo o impacto dessa inadimplência no resultado financeiro.

Na empresa do grupo Legacy, a Companhia adquire títulos em sua grande maioria já inadimplidos, e registra seu custo de aquisição inicial já líquido da perda esperada. Isso ocorre pois a natureza dos recebíveis da Companhia está relacionada a compra de direitos creditórios já inadimplidos e que foram registrados por valor inferior ao de face do título.

A Administração entende que essa abordagem não apenas assegura a conformidade com as normas contábeis, mas também proporciona uma visão clara dos riscos envolvidos, permitindo à administração tomar decisões informadas sobre a gestão de créditos.

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado a Valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida, ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo contra resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Montante pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado pelo valor de seu reconhecimento inicial, mais os juros acumulados com base no método da taxa efetiva de juros, menos as amortizações de principal, menos qualquer redução (direta ou por meio de conta de retificação) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.
- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Fornecedores e outras obrigações são classificados na categoria passivos financeiros ao custo amortizado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

3.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados ou sem indexadores. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

3.7 Tributos a recuperar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia mantém controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

3.8 Debêntures

O Grupo, por meio das controladas One7 Securitizadora e da Legacy realiza a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinada para distribuição privada, escrituradas através de instrumento particular e aprovado em assembleia geral.

Os valores captados possuem vencimentos em longo prazo, tendo até o momento 11 emissões de debêntures, e sendo remuneradas conforme taxas acordadas nos instrumentos. Os recursos obtidos pela Companhia serão utilizados para:

- O pagamento dos custos relacionados a aperfeiçoamento da presente emissão;
- Aquisição e transferência de direitos creditórios a serem adquiridos pela Companhia;

- Subscrição e integralização de debêntures emitidas por outras companhias que tem por objeto a securitização de créditos;
- Pagamento das despesas ligadas a realização passiva e ativa dos direitos creditórios supramencionados;

Pagamento dos tributos devidos pela emissora diretamente decorrentes da realização dos direitos creditórios.

No exercício de 2023 a One7 Holding emitiu sua primeira debênture, com a opção de ser conversível em ações, através de cumprimento e condições contratuais, a debênture foi aprovada através de assembleia extraordinária. Por ser um instrumento financeiro composto, o Grupo seguiu as diretrizes do CPC 39, para mensurar o componente de dívida e componente patrimonial. Em 2025 encerrou o prazo para opção de conversão e não houve a opção de conversão pelo debenturista, tornando-se uma debênture de dívida comum.

3.9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Todas as empresas do Grupo são optante no ano calendário da tributação lucro real.

A base para apuração do pelo lucro real é inicialmente baseada pelo resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões temporárias e permanentes, gerando a base fiscal. Sobre esta, aplicam-se as alíquotas de 15% para imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240 ao ano e 9% para a contribuição social.

No lucro presumido, a base para tributação é de 32% sobre a receita operacional bruta dos serviços prestados, adicionada das receitas financeiras e ganhos de capital auferidos no exercício. A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre a base de cálculo citada e acrescida do adicional de 10% sobre a mesma base que superar R\$ 60 ao trimestre ou R\$ 20 por mês. A provisão para contribuição social sobre o lucro presumido é calculada considerando a alíquota de 9% sobre a base de cálculo citada.

3.10 Impostos sobre a receita

A One7 Holding S.A (“Companhia”) tributa suas receitas baseada no regime cumulativo. Neste regime, as alíquotas de PIS e COFINS são de 0,65% e 3,00%, respectivamente, aplicadas sobre as receitas oriundas do faturamento. As receitas financeiras não são tributadas neste regime de apuração.

No regime não cumulativo, utilizado pelas controladas, as alíquotas de PIS e COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente, aplicadas sobre as receitas de taxa de gestão, oriundas da cobrança e sobre as receitas de consultoria financeira. As receitas financeiras são tributadas neste regime de apuração, as alíquotas de PIS e COFINS são de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

No caso das Securitizadoras há uma regra fiscal diferenciada, adotada a partir de 03/08/2022, conforme lei 14.430/22, conhecida como marco legal da securitização. Através dela a controladas Legacy e One7 Securitizadora passaram a ser obrigadas ao lucro real, bem como tiveram sua apuração de PIS e COFINS alteradas para o regime cumulativo com alíquotas de diferenciadas de PIS e COFINS de 0,65% e 4,00%, respectivamente, deixando inclusive de tributar suas receitas financeiras.

As alíquotas de ISS incidem sobre as receitas de gestão de carteira, bem como prestação de serviços de consultoria, cujo representa o objeto social de uma das controladas, bem como sobre receitas com serviços da One7 Securitizadora, que cobra tarifas sendo uma receita tributável em 5% para o ISS. Portanto, as alíquotas aplicadas sobre tais receitas, são de 2% para o serviço de gestão de carteira de fundos e 5% para os serviços de consultoria, de acordo com legislação do município de São Paulo, sede local da Companhia e suas controladas.

Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento, conforme evidenciado em Nota Explicativa nº 21.

3.11 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

O julgamento da Administração é de que não houve evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024, portanto, não houve indício de *impairment*.

Em 2025 e 2024 adotamos a política de realizar anualmente teste de impairment a carteira da empresa do grupo Legacy, adotando como referência tempo estimado de recebimento e valor de mercado.

3.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

O grupo de outros ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes de realização. O grupo de outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

3.13 Receita operacional

As receitas operacionais das controladas estão substancialmente representadas por receitas de securitização de créditos, exercidas pelas One7 Securitizadora e Legacy seguida de prestação de serviços de consultoria, análise de crédito e cobrança, exercida pela One7 Consultoria.

(i) Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Para validação do reconhecimento de receita, alinhado ao CPC 47, a Companhia condiciona

primeiramente o reconhecimento da receita à existência de um contrato ou um acordo entre as partes, que deverão seguir algumas condições, uma vez que tal instrumento cria direitos e obrigações.

Caso haja um contrato a Companhia irá avaliar e identificar obrigações de desempenho nos contratos, que são quão obrigações contratuais na prestação de serviços.

Em seguida é determinado o preço da prestação de serviço, que deverá estar previsto no contrato, e que pode ser composto por outras variáveis como desconto por exemplo.

Após a determinação de preço do serviço prestado, a companhia realiza a alocação do mesmo as diferentes obrigações de desempenho previstas no contrato.

Por fim após os passos acima elencados, a entidade reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas e assim o serviço é prestado.

(ii) Receita de juros

As receitas de juros são decorrentes da atualização dos direitos creditórios. Os direitos creditórios são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A receita de juros é apropriada ao resultado ao longo do prazo esperado das operações.

As despesas financeiras relacionadas às captações realizadas pela Companhia, incluindo debêntures e outros instrumentos financeiros emitidos, são reconhecidas separadamente no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.14 Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos – são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

3.15 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Periodicamente, a Companhia avalia os itens do seu ativo imobilizado, realizando baixa dos itens obsoletos, danificados ou quando estes não geram mais benefício econômico futuro.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos nas rubricas de “Outras despesas” ou “Outras receitas” no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Companhia e que seus custos possam ser medidos de forma confiável. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, exceto pela conta de marcas e patentes que são adquiridas separadamente e são demonstradas pelo custo histórico e não são amortizadas ao longo do tempo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação são: equipamentos de telefonia, máquinas e equipamentos, aparelhos de refrigeração, instalações, sistemas de segurança e móveis e utensílios (10%) e computadores e periféricos (20%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (dez anos), a uma taxa anual de 10%. Os veículos são amortizados a uma taxa de 20% ao ano.

3.16 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na

desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Em 2022 renovou contratos de aluguéis e em linha com o CPC 06 reconheceu direitos de uso referentes a esses bens, devido a prazo de locação, bem como por possuir controle substancial do bem arrendado.

3.17 Imposto Diferido

O Grupo passou a constituir ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais, conforme CPC 32 na Companhia One7 Securitizadora. Devido a seu regime tributário da Companhia One7 Securitizadora que é o lucro real e com base no plano de negócios da companhia que prevê resultados positivos, a Companhia passou a registrar o ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL que serão compensados com impostos a recolher decorrentes dos lucros futuros. As alíquotas aplicadas são de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

3.18 Novas políticas contábeis

A adoção antecipada de normas, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB:

(a) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração do fluxo de caixa operacionais pelo método indireto.

- (b) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- (c) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

A administração não espera que a adoção de novas normas, alterações e interpretações vigentes para os próximos exercícios impactem de forma material as suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de caixa e equivalentes de caixa está assim composto:

	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	744	745	4.032	3.053
Conta corrente	6	1	5.861.824	6.946.718
Aplicação financeira automática (i)	28.244	441.037	5.046.688	6.858.460
Total	28.994	441.783	10.912.544	13.808.231

- (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as aplicações financeiras estão representadas substancialmente por CDB, com remuneração pós fixada de 5,00% aplicados e Fundos de Investimentos junto aos bancos Bradesco, Itaú e Sofisa. Os respectivos vencimentos são em dezembro de 2026 para CDB e com liquidez imediata para Fundos de investimentos. As aplicações são diárias e podem ser resgatadas a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalidade.

5 Direitos creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços.

As Controladas não estão substancialmente expostas à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- (i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- (ii) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação. Atualmente todas as operações são classificadas como operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios.

- (a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Direitos creditórios a receber	<u>272.212.710</u>	<u>193.540.598</u>
Provisão devedores duvidosos	<u>(3.854.578)</u>	<u>(1.598.523)</u>
Créditos considerados incobráveis (*)	<u>(46.045.628)</u>	<u>(36.502.971)</u>
= Total de Perdas com direitos creditórios	<u>(49.900.206)</u>	<u>(38.101.494)</u>
(-) Juros a apropriar	<u>(13.153.414)</u>	<u>(11.168.490)</u>
Total de Direitos creditórios a receber	<u>209.159.090</u>	<u>144.270.614</u>

- (*) Esta linha é composta por valores das empresas Legacy, One7 Securitizadora. Para títulos inadimplentes acima de 181 dias na controlada One7 Securitizadora, há uma conta redutora do ativo que registra as baixas contábeis por inadimplência.

A Legacy é composta por títulos adquiridos ao valor abaixo de face, e já são registrados com a possibilidade de perda, seguindo as premissas do CPC 48 é revisto anualmente os valores e a possibilidade de perda esperada, por isso não contempla valores na linha de créditos incobráveis.

- (b) Posição analítica de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Período em dias	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	169.902.672	136.476.659
Vencidos Até 30 dias	16.499.817	4.239.741
Vencidos 31 a 60 dias	16.377.128	719.209
Vencidos 61 a 90 dias	5.768.269	685.440
Vencidos 91 a 120 dias	1.793.892	671.540
Vencidos 121 a 150 dias	955.187	940.022
Vencidos 151 a 180 dias	2.485.283	1.216.858
Vencidos 181 a 360 dias	7.961.486	4.454.702
Vencidos Acima 361 dias	<u>50.468.976</u>	<u>44.136.427</u>
Total	<u>272.212.710</u>	<u>193.540.598</u>

A rubrica “Juros a apropriar” refere-se a saldo de receitas futuras a ser reconhecida no resultado nos próximos exercícios de acordo com o princípio contábil da competência, conforme notas 6.9 e 6.10.

Descrição	2025	2024
Receita de Securitização	<u>13.153.414</u>	<u>11.168.490</u>
Total de juros a apropriar	<u>13.153.414</u>	<u>11.168.490</u>

Vencimentos	Valor	Valor
-------------	-------	-------

Receita Diferida até 30 dias	2.902.062	2.899.482
Receita Diferida de 31 até 60 dias	1.562.617	2.577.479
Receita Diferida de 61 até 90 dias	1.131.681	881.660
Receita Diferida de 91 até 120 dias	890.637	851.470
Receita Diferida de 121 até 150 dias	755.605	794.023
Receita Diferida de 151 até 180 dias	638.910	705.072
Receita Diferida de 181 até 360 dias	2.412.812	1.861.298
Receita Diferida acima de 361 dias	2.859.090	598.006
Total Geral	13.153.414	11.168.490

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Direitos creditórios a receber	<u>272.212.710</u>	<u>193.540.598</u>
(-) Juros a apropriar	<u>(13.153.414)</u>	<u>(11.168.490)</u>
Total de Direitos creditórios a receber	259.059.296	182.372.108
Circulante	<u>243.907.881</u>	<u>178.062.189</u>
Não circulante	<u>15.151.415</u>	<u>4.309.919</u>

6 Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de impostos a recuperar estava assim composto:

	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
IRRF	136.836	126.694	2.166.708	139.365
IRPJ	-	-	157.079	28.544
CSLL	-	-	101.245	41.343
PIS	-	-	21.656	383.577
COFINS	-	-	8.650	1.085.659
ISS	-	-	383	383
Total	<u>136.836</u>	<u>129.694</u>	<u>2.455.721</u>	<u>1.678.871</u>

7 Mútuos a receber

A conta de mútuos a receber no Ativo não circulante, é composta pelo seguinte saldo:

	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Mútuos a receber (i)	<u>834.902</u>	<u>751.796</u>	<u>834.902</u>	<u>751.796</u>
Total	<u>834.902</u>	<u>751.796</u>	<u>834.902</u>	<u>751.796</u>

- (i) O mútuo realizado foi disponibilizado em 4 parcelas sendo remunerado com uma taxa de IPCA mais 1% ao mês, podendo ser convertido em cotas de capital realizado com a Wedclub Eventos e Negócios Sociedade Unipessoal Ltda, com vencimento em 60 meses, mas podendo ser quitado antecipadamente.

8 Debêntures a receber

A conta de debêntures, são valores aplicados em títulos privados, registrados a custo amortizado. Em 2025 a One7 Securitizadora começou a investir em Securitizadoras e Fundos, as debêntures tem vencimento em 2030, os juros remuneratórios são atualizados conforme variação de percentuais nas taxas médias DI, expressas na fórmula mensal ano, calculadas diariamente pela B3 S.A.

A debênture de partes relacionadas pertence a One7 Securitizadora, os juros remuneratórios são calculados diariamente pelo fator IPCA+10% e seu vencimento é em janeiro/2028

Os saldos se apresentam da seguinte forma:

	Individual		Consolidado	
Não circulante	2025	2024	2025	2024
Debêntures	-	-	8.217.160	-
Debênture partes relacionadas	39.170.050	35.096.271	-	-
Total	39.170.050	35.096.271	8.217.160	-

A Companhia não identificou necessidade de ajustes de recuperabilidade do ativo.

9 Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de outros créditos no ativo circulante estava assim composto:

	Individual		Consolidado	
Circulante	2025	2024	2025	2024
Despesas antecipadas (**)	55.533	-	206.564	51.296
Adiantamento de férias	-	-	76.204	43.857
Créditos a receber de clientes (*)	-	-	199.842	174.797
Valores a receber	-	-	73.781	154.311
Adiantamento a fornecedores	-	-	9.720	61.479
Outros créditos	-	2.598	4.791	17.598
Total	55.533	2.598	570.902	503.338

	Individual		Consolidado	
Não circulante	2025	2024	2025	2024
Depósito em garantia (**)	-	-	30.000	30.000
Valores a Repassar	-	-	-	166.641
Total	-	-	30.000	196.641

- (*) O saldo da conta de valores de clientes a receber refere-se em sua grande maioria de títulos descontados.
- (**) O saldo da conta de despesas antecipadas está substancialmente composto por seguros a apropriar e por serviços pago que possuem vigência de 12 meses ou mais. No não circulante o valor refere-se ao depósito em garantia para a locação existente.

10 Outros valores

A rubrica de outros valores é substancialmente composta por bens recebidos por dação em pagamento de direitos creditórios inadimplentes vide movimentação:

Não circulante	31/12/2025	31/12/2024
Propriedades – Em andamento (*)	1.176.697	1.092.489
Propriedades – A venda (**)	-	1.776.106
Total de Outros valores	1.176.697	2.868.595

- (*) Valor se refere a apartamentos em construção recebidos em pagamentos por direitos creditórios, conforme contrato, e que aguardam a conclusão das obras para serem vendidos.
- (**) Em outubro de 2024 foi adquirido um apartamento em dação de pagamento de direitos creditórios em atraso, vendido em 2025.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia passou a constituir ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, em conformidade com o CPC 32. Referido ativo é reconhecido com base na expectativa de realização futura, sendo compensado com impostos a recolher decorrentes da geração de lucros tributáveis.

Os prejuízos fiscais e as bases negativas foram constituídos majoritariamente até o exercício de 2023. Desde então, a Companhia vem realizando a compensação mensal desses valores, à medida que há geração de resultados positivos, observando o limite de compensação aplicável e a absorção conforme a legislação vigente.

As alíquotas utilizadas para mensuração do ativo fiscal diferido são de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

Todos os registros e critérios adotados estão em conformidade com a legislação fiscal vigente no Brasil.

Os saldos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão assim demonstradas:

Prejuízo fiscal 2023:	(13.938.806)
(+) Imposto de renda diferido (25%)	4.140.726
(+) Contribuição social diferida	1.490.661
Saldo de impostos diferidos	5.631.387
Imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2023	
Lucro fiscal 2024:	16.171.174
(+) Imposto de renda diferido (25%)	1.878.059
(+) Contribuição social diferida	676.193
Saldo de impostos diferidos	2.554.252
Imposto de renda e contribuição social	

Saldo de impostos diferidos	
Imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024	<u>28.271.353</u>
Lucro fiscal 2025:	16.231.420
(+) Imposto de renda diferido (25%)	1.217.337
(+) Contribuição social diferida	<u>438.242</u>
Saldo de impostos diferidos	
Imposto de renda e contribuição social	<u>1.655.579</u>
Saldo de impostos diferidos	
Imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2025	<u>26.615.774</u>

12 Investimento em cotas de fundo

No início de 2024, a One7 Securitizadora adquiriu cotas subordinadas juniores do Fundo de Investimento One7+ Créditos, investimento este totalmente amortizado no mesmo exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a One7 Securitizadora detinha 3.050 cotas subordinadas do FIDC Multissetorial, fundo destinado à aquisição de recebíveis comerciais performados, como duplicatas e contratos de crédito, com foco na antecipação de recebíveis e geração de retorno por meio da gestão ativa da carteira.

A carteira do fundo é composta por recebíveis originados por diversos cedentes e devedores, buscando diversificação de risco e controle da inadimplência. A última demonstração financeira disponível do fundo tem data-base de 31/12/2025 e foi emitida em 30/03/2026.

Em dezembro de 2025 a cota FIDC fechou no valor de 27.451 (29.635 em 2024), sendo assim representada:

Total cota do FIDC em 31 de dezembro de 2023	60.421.732
Investimento	203.354
Rendimento	30.225.929
(-) Amortização fundo mais crédito	(464.945)
Total cota do FIDC em 31 de dezembro de 2024	90.386.071
Rendimento	28.340.391
(-) Amortização parcial FIDC	(35.000.000)
Total cota do FIDC em 31 de dezembro de 2025	83.726.391

13 Investimento em participações

A One7 Holding S.A. possui 100% de participação em cada controlada, tendo a One7 Securitizadora, Legacy, One7 Consultoria e One7 Pagamentos transferida suas cotas em 06 de dezembro de 2022. A One7 Holding Financeira foi constituída em 2021 sendo 100% da Companhia, e teve suas atividades encerrada suas atividades em 2025. A Rapidoo foi adquirida em 2020. A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

No quadro abaixo demonstram as empresas investidas do Grupo. Contém a composição do Patrimônio do investimento até o momento da aquisição, reconhecida no Patrimônio líquido como Ágio em Transação de capital. As demais movimentações refletem os saldos de investimento referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Na linha de resultado

refletem também os resultados de 31 de dezembro de 2025 e 2024, que são os resultados de equivalência patrimonial.

	One7 Securitizadora		One7 Consultoria		Legacy		One7 Pagamentos		One7 Financeira		Rapidoo			
Investimentos	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
Ativo	370.352.604	304.847.192	1.767.941	3.071.419	13.440.894	13.734.614	8.303	8.371	-	17.013	20.474	19.165		
Passivo	336.525.680	281.012.883	7.930.883	8.566.149	16.277.754	15.844.551	515.013	426.061	-	129.246	699.864	626.197		
Patrimonio líquido	18.567.615	9.364.071	(6.162.942)	(5.494.730)	(2.836.860)	(2.109.937)	(506.710)	(417.690)	-	(112.233)	(679.390)	(607.032)		
Resultado do exercício	9.203.544	8.970.995	(668.212)	272.308	(726.922)	(2.077.764)	(89.021)	(63.328)	(46.793)	(52.838)	(72.358)	(85.800)		
% de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
												Total 2025	Total 2024	
Investimentos	18.567.615	9.364.071											18.567.615	9.364.071
Passivo a descoberto	-	-	(6.162.942)	(5.494.730)	(2.836.860)	(2.109.937)	(506.710)	(417.690)	0	(112.233)	(679.390)	(607.032)	(10.185.902)	(8.741.622)
Equiv. Patrimonial	9.203.544	8.970.995	(668.212)	(272.308)	(726.922)	(2.077.764)	(89.021)	(63.328)	(46.793)	(52.838)	(72.358)	(85.800)	7.600.238	6.963.574

14 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim representada:

Consolidado

		Custo			Depreciação/Amortização Acumulada			Líquido	
	%/ano (*)	2024	Adições	2025	2024	Adições	2025	2024	2025
Móveis e utensílios	10% - 10 anos	294.074	2.925	296.999	(135.428)	(29.112)	(164.540)	158.646	132.459
Equipamentos de tecnologia	20% - 5 anos	415.272	12.174	427.446	(324.969)	(52.015)	(376.984)	90.303	50.462
Máquinas e equipamentos	10% - 10 anos	235.346	33.265	268.611	(130.938)	(25.736)	(156.674)	104.408	111.937
Instalações	10% - 10 anos	5.466	-	5.466	(1.849)	(370)	(2.219)	3.617	3.247
Veículos	20% - 5 anos	301.000	-	301.000	(64.051)	(60.201)	(124.252)	236.949	176.748
Intangível (**)		-	1.128.860	1.128.860	-	-	-	-	1.128.860
Benfeitorias imóveis terceiros		2.034.647	6.000	2.040.647	(1.056.643)	(222.073)	(1.278.716)	978.004	761.931
Total		3.285.805	1.183.224	4.469.029	(1.713.878)	(389.507)	(2.103.385)	1.571.927	2.365.644

		Custo			Depreciação/Amortização Acumulada			Líquido	
	%/ano (*)	2023	Adições	2024	2023	Adições	2024	2023	2024
Móveis e utensílios	10% - 10 anos	282.687	11.387	294.074	(106.964)	(28.464)	(135.428)	175.723	158.646
Equipamentos de tecnologia	20% - 5 anos	415.272	-	415.272	(248.556)	(76.413)	(324.969)	166.716	90.303
Máquinas e equipamentos	10% - 10 anos	233.197	2.149	235.346	(107.396)	(23.542)	(130.938)	125.801	104.408
Instalações	10% - 10 anos	3.700	1.766	5.466	(1.480)	(369)	(1.849)	2.220	3.617
Veículos	20% - 5 anos	130.000	171.000	301.000	(33.884)	(30.167)	(64.051)	96.116	236.949
Benfeitorias imóveis terceiros		2.034.647	-	2.034.647	(834.783)	(221.860)	(1.056.643)	1.199.864	978.004
Imobilizado em andamento		0	0	-	-	-	-	-	-
Total		3.099.503	186.302	3.285.805	(1.333.063)	(380.815)	(1.713.878)	1.766.440	1.571.927

(*) Refere-se a taxa anual de depreciação

(**) Em 2025 começou a ser desenvolvido na One7 Consultoria um sistema próprio de gestão de operações, utilizado para gestão de carteira e comercialização de licenciamento.

15 Direitos de uso

A Companhia possui contratos de locação, que se enquadram nos casos previstos no CPC 06 – Arrendamento, desta forma passou a aplicar a referida norma em suas demonstrações financeira no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Consolidado

a. Ativo de direito de uso

A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - direito de uso	2024	Adições/Baixas	2025
Custo direito de uso (b)	1.600.140	422.374	2.022.514
Depreciação direito de uso	(744.318)	(357.832)	(1.102.150)
Saldo final	855.822	64.542	920.364

Ativo - direito de uso	2023	Adições/Baixas	2024
Custo direito de uso (b)	1.349.282	250.858	1.600.140
Depreciação direito de uso	(437.552)	(306.766)	(744.318)
Saldo final	911.730	(55.908)	855.822

b. Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos de arrendamento mercantil são demonstrados a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	2024	Adições/Baixas	2025
Adições ao custo pela renovação	1.600.140	422.374	2.022.514
(-) Pagamentos	(1.074.260)	(501.301)	(1.575.561)
Apropriação de juros (a)	470.700	168.765	639.465
Saldo final	996.580	89.838	1.086.418

Circulante	486.947	-	430.963
Não circulante	509.633	-	655.453

Passivo - arrendamento a pagar	2023	Adições/Baixas	2024
Adições ao custo pela renovação	1.349.282	250.858	1.600.140
(-) Pagamentos	(635.950)	(438.310)	(1.074.260)
Apropriação de juros (a)	301.912	168.788	470.700
Saldo final	1.015.244	(18.664)	996.580

Circulante	279.627	-	486.947
Não circulante	735.617	-	509.633

- (a) Juros são contabilizados no resultado na rubrica de “Despesas financeiras”; é utilizada taxa de desconto única, considerando a taxa média de captação de recursos da Companhia.
- (b) A rubrica é composta por dois imóveis locados, sendo um a matriz em Tatuí/SP com vencimento em outubro de 2028, e o outro em São Paulo/SP com vencimento em agosto de 2026.

16 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o saldo de fornecedores está composto da seguinte forma:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (*)	2.985	10.031	91.907	45.182
Total Fornecedores	2.985	10.031	91.907	45.182

(*) Valores se referem a maioria em prestações de serviço, entre eles assessoria jurídica e auditoria.

17 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de obrigações a pagar está composto da seguinte forma:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Conta pendência de clientes (*)	-	-	1.961.354	1.159.189
Valores a repassar (**)	-	-	-	166.637
Provisão auditoria	45.108	38.564	522.198	428.484
Provisão contingência	-	-	250.007	250.007
Provisão comissão PJ	-	-	-	593.825
Provisão bônus PJ	-	-	540.930	744.401
Outras contas a pagar	-	-	-	584.489
Total outras contas a pagar	45.108	38.564	3.274.489	3.927.032

(*) Valor se refere substancialmente a valores recebidos de clientes decorrente de renegociações em andamento, mas ainda não finalizadas.

(**) Valor se refere a repasse de cobrança para o cliente, o Grupo apenas emite o boleto, e se o valor for recebido é repassado ao cliente, caso contrário não. Por esse serviço o Grupo obtém receita com serviços.

18 Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de obrigações trabalhistas está composto da seguinte forma:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ISS a recolher	-	-	50.201	48.578
IRPJ a recolher	-	-	-	676.104
CSLL a recolher	-	-	154.045	246.953
IRRF a recolher	-	117	254.028	125.446
CSLL, COFINS e PIS retidos	-	363	12.618	15.040
IOF a recolher	-	-	96	-
PIS a recolher	3.030	38	35.903	28.713
COFINS a recolher	18.719	300	185.716	150.894
Total obrigações tributárias	21.749	818	692.607	1.291.728

19 Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de obrigações trabalhistas está composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
INSS a recolher	246.567	187.519
FGTS a recolher	86.609	62.961
Provisão para férias	889.675	706.517
Provisão INSS férias	241.241	185.410
Provisão FGTS férias	74.774	55.294
Provisão bônus	-	1.479.860
Total Obrigações Trabalhista	1.538.866	2.677.561

20 Empréstimos e financiamentos

A Companhia possui contratos de conta garantida junto a instituições financeiras no limite de R\$ 17.000.000, destinados à disponibilização de capital de giro para suportar a condução normal de suas operações e necessidades operacionais.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Bradesco (*)	14.000.003	-
Total empréstimos	14.000.003	-

(*) Em dezembro de 2025, a Companhia tomou parte deste limite, com taxa de CDI + 0,38% a.m., prazo de 120 dias, aditamento por renovação e os encargos são calculados mensalmente sobre o valor utilizado. Não há cláusulas de vencimento antecipado.

21 Mútuo a pagar com parte relacionada

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de mútuos a pagar estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Individual	
	2025	2024
Legacy (*)	334.577	334.577
One7 Securitizadora (*)	362.600	178.758
Total mútuo a pagar	696.777	513.335

(*) Estes contratos de mútuo não possuem onerosidade, sendo previsto apenas a devolução do montante cedido, sem correção monetária, o contrato possuía vencimento em dezembro de 2023, mas foram renovados até 2027.

22 Debêntures

Aos dez dias do mês de outubro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 8ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 110 (cento e dez) debêntures simples, no montante de R\$ 55.000.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), com valor nominal unitário de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de 13,89% a.a.

Aos três dias do mês de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 10ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.500 (mil e quinhentos) debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em setembro/2030 e remuneração de IPCA + 7,5%.

Aos dezoito dias do mês de janeiro de 2021, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 12ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.200 (um mil e duzentas) debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais) cada, com vencimento em junho/2028 e remuneração de 13,35% a.a.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 14ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.500 (mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 7.000.000 (sete milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em janeiro/2029 e remuneração de 125% CDI.

Aos dez dias do mês de maio de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 16ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 500 (mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em maio/2029 e remuneração de 115% CDI.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 17ª emissão privada de debêntures simples nove séries, sendo a 1ª Série com 38 debêntures, a 2ª Série com 38 debêntures, a 3ª Série com debêntures, a 4ª Série com 38 debêntures, a 5ª Série com 38 debêntures, a 6ª Série com 40 debêntures, a 7ª Série com 40 debêntures, a 8ª Série com 40 debêntures e a 9ª Série com 40 debêntures, totalizando 350 (trezentas e cinquenta) debêntures simples, no montante de R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 100.000 (cem mil reais) cada, com vencimento em dezembro/2028 e remuneração de CDI + 3,8%.

Aos catorze dias do mês de junho de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 19ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 500 (quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em junho/2028 e remuneração de 14,5% a.a.

Aos quatro dias do mês de setembro de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 20ª emissão privada de debêntures simples em série

única, sendo 200 (duzentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração IPCA + 10%.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2024, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 21ª emissão privada de debêntures simples, com garantia real, em cinco séries, sendo a 1ª Série com 1.000 (mil), a 2ª Série com 1.000 (mil), a 3ª Série com 1.000 (mil), a 4ª Série com 1.000 (mil) e a 5ª Série com 1.000 (mil) debêntures simples, no montante de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), com valor nominal unitário da 1ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 2ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 3ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 4ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada e da 5ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, com vencimento em janeiro/2027 para a 1ª Série, fevereiro/2027 para a 2ª Série, março/2027 para a 3ª Série, abril/2027 para a 4ª Série e maio/2027 para a 5ª Série e com remuneração de CDI +4%.

Aos dezessete dias do mês de janeiro de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 1ª emissão privada de debêntures conversíveis em ações, com garantia real, com garantia fidejussória, em série única, sendo 60.000 (sessenta mil) debêntures conversíveis em ações, com garantia real, com garantia fidejussória, no montante de R\$ 60.000.000 (sessenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, com amortização mensal a partir de 08/2025, vencimento em 01/2028 e remuneração de IPCA+10%. Devido à não opção pela conversão, em agosto de 2025 foi realizado um aditivo considerando novas condições, amortização mensal a partir de 01/2027, vencimento em 05/28 e remuneração de IPCA + 13%.

A rubrica Debêntures da One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S.A está composta pelos seguintes saldos:

Abertura das debêntures

Movimentação das debêntures

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures - curto prazo	27.750.000	36.104.206
Juros sobre Debêntures – curto prazo	16.569.412	12.957.435
(-) Juros a apropriar	(-)	(240.628)
Debêntures – longo prazo	204.640.157	197.875.953
Juros sobre Debêntures – longo prazo	126.295.145	78.743.263
(-) Juros a apropriar	(3.980.728)	(5.775.068)
Total de Debêntures	371.273.986	319.665.161

Abertura das debêntures

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Debênture 1ª Emissão (*)	67.105.159	67.105.159
(-) Juros a apropriar	(3.980.729)	(6.015.696)
Remuneração 1ª Emissão	29.690.065	18.829.359
Debêntures 8ª Emissão	55.000.000	55.000.000
Remuneração 8ª Emissão	70.238.559	51.005.786
Debêntures 10ª Emissão	5.020.000	6.020.000
Remuneração 10ª Emissão	2.978.688	2.588.060

Debêntures 12ª Emissão	6.375.000	8.375.000
Remuneração 12ª Emissão	2.928.474	2.634.640
Debêntures 14ª Emissão	15.480.000	13.880.000
Remuneração 14ª Emissão	7.485.382	4.287.743
Debêntures 16ª Emissão	600.000	140.000
Remuneração 16ª Emissão	89.887	28.646
Debêntures 17ª Emissão	27.400.000	27.400.000
Remuneração 17ª Emissão	16.522.364	9.616.201
Debêntures 19ª Emissão	5.060.000	6.060.000
Remuneração 19ª Emissão	1.697.367	1.243.445
Debênture 20ª Emissão	50.000.000	50.000.000
Remuneração 20ª Emissão	11.186.724	1.466.818
Debênture 21ª Emissão	350.000	-
Remuneração 21ª Emissão	47.046	-
Total debêntures a pagar	371.273.986	319.665.161
Circulante	44.319.412	48.821.014
Não circulante	326.954.574	270.844.147

Movimentação das debêntures

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Anterior	79.918.827	67.390.232	319.665.161	253.506.914
Resgate	-	-	(12.095.000)	(24.180.000)
Juros resgatado	-	-	(3.017.035)	(4.196.130)
Captação de recursos	-	-	17.291.962	54.725.000
Despesas de juros	10.860.700	10.488.053	49.428.898	38.809.377
Juros apropriados	2.034.967	2.040.542	-	-
Saldo final	92.814.494	79.918.827	371.273.986	319.665.161
Circulante	-	3.196.753	44.319.412	48.821.014
Não circulante	92.814.494	76.722.074	326.954.574	270.844.147

(*) Debênture da One7 Holding com a XP ASSET, a debênture tem possibilidade contratual de ser convertida em AFAC até a data de Agosto de 2025, condição que não ocorreu, passando a ser uma debênture comum. Por ser uma debênture nestas características aplicamos o CPC 39/ IAS 32, que orienta nesta situação a debênture trata-se de um instrumento financeiro híbrido e deve ter sua segregação entre instrumento de dívida e instrumento de patrimônio líquido no registro inicial.

23 Passivo a descoberto

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional da One7 Holding S.A era de R\$ 260.000. Em 31 de Março de 2023 a XP Vista Asset Management Ltda passou a fazer parte do quadro de acionista, com o valor integralizado

de R\$ 49.999.782 em moeda corrente, mediante a emissão de 43.933 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pelo preço de R\$ 1.153.

Em decorrência desse evento o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 50.259.782 representado por 303.333 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 25 de julho de 2023 os sócios Everaldo Moreira e João Paulo Boneder Fiuza adquiriram 15.166 ações da empresa One7 PartinerShip S.A. através de ações da One7 Holding S.A.

Desta forma em 31 de dezembro de 2025 o capital social se demonstra da seguinte forma:

	Quantidade de cotas	Participação %
Cotista		
Everaldo Moreira	114.834	37,85%
João Paulo Boneder Fiuza	114.834	37,85%
XP Asset Management Ltda	43.333	14,30%
One7 Partnership S.A	30.332	10,00%
Total	303.333	100%

b. Reserva de capital - Instrumento Patrimonial

Em Janeiro de 2023 foi constituída uma debênture com condições de instrumento financeiro composto, com a XP ASSET. Com isso foi mensurada e registrado no patrimônio líquido da Companhia, a parcela referente à Opção de conversão. O prazo para exercer a opção se deu em agosto de 2025, o qual a XP ASSET optou pela não conversão em ações. A Companhia manteve em patrimônio líquido o valor referente a esse instrumento. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor do Instrumento Patrimonial é de R\$ (7.105.157).

c. Resultado acumulado

O resultado líquido anualmente auferido pela Companhia, One7 Holding S.A. é aprovado em ata de assembleia, se houver lucro constitui-se a reserva legal, e posteriormente o lucro é direcionado para reserva de lucros, ou distribuído se assim estiver previsto e aprovado. No exercício findo de 31 de dezembro de 2025 foi auferido prejuízo no exercício no montante de R\$ 1.533.101 (R\$ 5.395.440 em 2024) o qual foi integralmente destinado para a conta de prejuízos acumulados. Resultando no montante de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 34.115.314 (R\$ 32.582.213 em 2024).

d. Reserva de capital - Ágio em transação de capital

Em 18 de dezembro de 2023 a Holding S.A. adquiriu 100% de controle das empresas do Grupo, essas empresas tinham em seu capital resultados anteriores acumulados no patrimônio líquido.

Em decorrência da reorganização societária e da aquisição do controle, foi reconhecido no patrimônio líquido o ágio decorrente de transação de capital, correspondente à diferença entre o valor da participação adquirida e o valor contábil dos patrimônios líquidos das investidas na data da aquisição

O saldo se compõe da seguinte maneira:

Empresa	Saldo
---------	-------

One7 Securitizadora	(53.516.303)
One7 Consultoria	(1.992.970)
Legacy	1.837.250
One7 Pagamentos	(340.094)
Total	(54.012.117)

e. Distribuição de lucros

Por estar operando com prejuízo em 2025 e 2024 não houve distribuição de resultado.

24 Receita de juros e receita de serviços

A receita de juros é composta de receitas de securitização deduzidas os impostos e os descontos concedidos conforme destacado abaixo:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Securitização	-	-	47.398.576	28.424.610
Receita com juros ativos/mora	72.914	102.320	10.036.715	8.948.690
Total da receita juros	72.914	102.320	57.435.291	37.373.300

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita com tarifa de operação (*)	-	-	1.533.805	-
Total da receita de tarifa	-	-	1.533.805	-

(*) A partir de 2025 a One7 Securitizadora passou a ter receita com tarifas nas operações de crédito.

A receita de serviços é composta de receitas operacionais deduzidas os impostos conforme destacados abaixo:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços	-	-	21.559.164	17.474.441
Receita bruta de serviços	-	-	21.559.164	17.474.441
(-) ISS	-	-	(580.933)	(485.842)
(-) PIS	-	-	(328.748)	(257.453)
(-) COFINS	-	-	(1.514.626)	(1.188.088)
Deduções da receita	-	-	(2.424.307)	(1.931.381)

Total da receita de serviços	19.134.857	15.543.059
-------------------------------------	-------------------	-------------------

25 Custo dos serviços prestados e Despesas de juros

A rubrica de custos dos serviços prestado é composta substancialmente pelos custos com mão de obra alocada no desenvolvimento do seu objeto social.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta custos dos serviços prestados estava assim apresentada:

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
Salários	(3.292.979)	(2.092.041)
13º salários	(268.964)	(195.956)
Férias	(418.134)	(283.988)
INSS sobre salário	(992.869)	(541.183)
FGTS sobre salário	(237.025)	(172.879)
Assistência médica e odontológica	(1.222.923)	(150.458)
Outras	(98.674)	(135.203)
PAT – Programa de alim. do trabalhador	(657.061)	(432.347)
Tributos sobre 13º salário	(126.692)	(64.491)
Tributos sobre férias	(168.757)	(93.944)
Bônus	-	(487.558)
Total de custo com mão de obra	(7.484.078)	(4.650.048)
Custos bancários	(1.233)	(1.037)
Serviços prestados por terceiros	(7.485.736)	(6.918.889)
Outros custos softwares	(262.625)	(191.359)
Total de outros custos	(7.749.594)	(7.111.285)
Total de geral de custos serviços prestados	(15.233.672)	(11.761.333)

Despesas com juros	Consolidado	
	2025	2024
Despesas com juros - Despesa de captação debêntures	(48.074.030)	(27.934.906)
Total de despesas com juros	(48.074.030)	(27.934.906)

26 Resultado com investimento

Em 2023 a One7 Securitizadora adquiriu o total de 3.050 cotas subordinadas do Fundo de investimento, em 2025 e 2024 o resultado dos investimentos foram conforme a seguir.

Descrição	Consolidado	
Resultado com investimento em Fundo - FIDC	28.340.320	30.225.929
Total resultado com investimento	28.340.320	30.225.929

27 Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Juros aplicação financeira (*)	4.107.671	250.945	6.322.462	1.840.112
Outras receitas financeiras	-	-	637.422	129.376
Total de aplicação financeira	4.107.671	250.945	6.959.884	1.969.488

Despesa financeira	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesa com juros (***)	(12.895.666)	(12.528.596)	(12.895.666)	(12.528.596)
Juros empréstimos	-	-	(789.071)	(817.138)
(-) Descontos	-	-	(65.467)	(324.489)
Juros Arrendamento (**)	-	-	(168.765)	(168.788)
Multa por atraso	-	(103)	(75.574)	(2.703)
Despesa com IOF	-	-	(10.972)	(10)
Despesas com IOF	(3.460)	(274)	(307.071)	(206.184)
Total Despesas financeiras	(12.899.126)	(12.528.973)	(14.312.586)	(14.047.908)
Total Resultado financeiro	(8.791.455)	(12.278.028)	(7.352.702)	(12.078.420)

(*) O aumento relevante é referente a debênture com a One7 Securitizadora que começou a ser remunerada em 2025.

(**) Refere-se aos juros embutidos nos contratos de arrendamento de imóveis, a taxa de desconto utilizada foi de 18,30%. Sobre contratos que tem vigência até 2024 e 2028.

(***) Refere-se aos juros da debenture instrumento financeiro da 1ª emissão.

28 Despesas com pessoal

As despesas com pessoal do Grupo estão da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
Despesas com Salários	(3.037.106)	(3.300.888)
Prêmios, bônus e gratificações	-	(995.802)
13º salários	(19.327)	(35.171)
Férias	(24.946)	(5.996)
INSS sobre salário	(765.683)	(859.466)
FGTS sobre salário	(203.398)	(288.969)
Assistência médica e odontológica	(235.831)	(225.950)
Outras	(90.679)	(121.637)
Alimentação	(531.023)	(676.418)
Provisão férias	(320.183)	(429.659)
Provisão encargos sobre férias	(106.081)	(143.687)

Provisão 13º	(200.072)	(272.618)
Provisão encargos sobre 13º	(97.457)	(97.859)
Total despesas com pessoal	(5.631.786)	(7.454.120)

29 Despesas administrativas

As despesas administrativas do Grupo estão representadas no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024 da seguinte forma:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços prestados por terceiros (*)	(47.391)	(41.315)	(4.472.629)	(5.554.061)
Despesa com locação (**)	-	-	(226.863)	(143.872)
Seguros	-	-	(1.586.895)	(1.517.547)
Assessoria jurídica	(14.157)	(47.574)	(1.650.518)	(1.613.757)
Despesas de cobrança	-	-	(26.945)	(54.276)
Despesas de manutenção	-	-	(1.744.307)	(1.537.416)
Despesas com viagens	-	-	(916.715)	(798.604)
Outras despesas gerais e administrativas	(156.125)	(75.756)	(3.008.149)	(3.689.121)
Total despesas administrativas	(217.673)	(164.645)	(13.633.021)	(14.908.654)

(*) A maior parte do montante refere-se a despesas com consultoria, despesas com intermediadores de negócios na captação de clientes e demais serviços profissionais prestados.

(**) Referem-se à locações pulverizadas.

30 Despesas depreciação e amortização

As despesas de depreciação e amortização de direito de uso estão representadas no período de 31 de dezembro de 2025 e 2024 da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
Despesas com depreciação	(389.507)	(411.733)
Amortização Direito de Uso	(357.832)	(306.768)
Total despesas depreciação e amortização	(747.339)	(718.501)

31 Despesas tributárias

As despesas tributárias do Grupo estão representadas no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024 da seguinte forma:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesa com impostos	(196.470)	(18.661)	(208.341)	(28.848)
Outras despesas tributárias	(655)	-	(51.010)	(45.812)

Total despesas tributárias	(197.125)	(18.661)	(259.351)	(74.660)
----------------------------	-----------	----------	-----------	----------

32 Imposto de renda e contribuição social

Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Real e Presumido no período de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro real		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	14.451.624	15.982.564
Adições e exclusões temporárias		
(+) Provisão devedores duvidosos	2.256.054	383.070
(+) Direitos de Uso	25.296	33.337
(+) Provisão comissão PJ	(702.662)	1.048.750
(+) Provisão contingências	-	239.343
(+) Provisão de auditoria	24.982	173.005
Adições e exclusões permanentes		
(+) Outras adições permanentes	176.126	(71.386)
Base tributária, antes da compensação dos prejuízos fiscais	16.231.420	17.788.683
(-) Compensação do prejuízo fiscal (30%)	(4.869.426)	(5.336.605)
Base tributária, após da compensação dos prejuízos fiscais	11.361.994	12.452.078
IRPJ 15% corrente	(1.704.299)	(1.867.812)
PAT	68.172	-
IRPJ 10% adicional corrente	(1.112.199)	(1.197.208)
CSLL 9% corrente	(1.022.579)	(1.120.647)
Base de antecipações	(523.798)	-
IRPJ 25%	130.950	-
CSLL 9%	47.455	-
Total de impostos correntes	(3.592.552)	(4.185.667)
IRPJ 15% diferido	730.414	800.491
IRPJ 10% adicional diferido	486.943	533.661
CSLL 9% diferido	438.248	480.294

33 Instrumentos financeiros

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não operaram com derivativos.

a. Administração de risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia indexados Certificado de Depósito

Interbancário (“CDI”).

A Administração da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas Pré ou pós-fixadas.

A Administração da Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

Quanto às aplicações da Companhia, o principal indexador é o CDI.

b. Quadro de análise de sensibilidade

A Companhia possui aplicações financeiras atrelados principalmente ao CDI.

No quadro abaixo são considerados três cenários para os próximos 12 meses, considerando as variações percentuais das taxas de juros. O cenário provável foi elaborado com base na expectativa de mercado da taxa média efetiva do CDI.

Individual

Em 31 de dezembro de 2024				Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)		
Operação	Risco	Saldo exposto em R\$	Índice CDI	Cenário provável em R\$	Cenário I 10% (Impacto Líquido)	Cenário II 20% (Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	441.037	12,15%	53.586	58.945	64.303
Debênture	IPCA	35.096.271	4,83%	1.695.150	1.864.665	2.034.180
Mútuos	IPCA	751.796	4,83%	36.312	39.943	43.574
Passivos Financeiros						
Debênture	IPCA	(79.918.827)	4,83%	(3.860.079)	(4.246.087)	(4.632.095)
empréstimos	CDI		12,15%	-		
Efeito líquido no resultado		(43.629.723)		(2.075.031)	(2.282.534)	(2.490.038)
Em 31 de dezembro de 2025				Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)		
Operação	Risco	Saldo exposto em R\$	Índice CDI	Cenário provável em R\$	Cenário I 10% (Impacto Líquido)	Cenário II 20% (Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	28.244	%	4.044	4.449	4.853
Debênture	IPCA	39.170.050	%	1.668.644	1.835.509	2.002.373
Mútuos	IPCA	834.902	%	35.567	39.123	42.680
Passivos Financeiros						
Debênture	IPCA	(92.814.494)	%	(3.953.897)	(4.349.287)	(4.744.677)
Empréstimos	CDI	-	%	-	-	-
Efeito líquido no resultado		(52.781.298)		(2.245.642)	(2.470.206)	(2.694.771)

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024				Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)		
Operação	Risco	Saldo exposto em R\$	Índice CDI	Cenário provável em R\$	Cenário I 10% (Impacto Líquido)	Cenário II 20% (Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	6.858.460	12,15%	833.303	916.633	999.963
Direito Creditórios	IPCA	144.270.614	4,83%	6.968.271	7.665.098	8.361.925
Mútuos	IPCA	751.796	4,83%	36.312	39.943	43.574
Passivos Financeiros						
Debêntures	IPCA	(319.665.161)	4,83%	(15.439.827)	(16.983.810)	(18.527.793)
Empréstimos	CDI	-			-	
Efeito líquido no resultado		(167.784.291)		(7.601.941)	(8.362.136)	(9.122.331)

Em 31 de dezembro de 2025				Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)		
Operação	Risco	Saldo exposto em R\$	Índice CDI	Cenário provável em R\$	Cenário I 10% (Impacto Líquido)	Cenário II 20% (Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	5.046.690	14,32 %	722.686	794.955	867.223
Direito Creditórios	IPCA	209.159.090	4,26 %	8.910.177	9.801.177	10.692.213
Mútuos	IPCS	834.902	4,26%	35.567	39.123	42.600
Debêntures	IPCA	8.217.160	4,26 %	350.051	385.056	420.061
Passivos Financeiros						
Debêntures	IPCA	(371.271.986)	4,26 %	(15.816.272)	(17.397.899)	(18.979.526)
Empréstimos	CDI	(14.000.003)	14,32%	(2.004.800)	(2.205.280)	(2.405.760)
Efeito líquido no resultado		(162.014.147)		(7.802.591)	(8.582.868)	(9.363.189)

c. Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

	Nível	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro 2024					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	441.783	-	-	441.783
Debênture		-	35.096.271	-	35.096.271
Mútuos a receber		-	751.796	-	751.796
Total ativos		441.783	35.172.067	-	36.289.850
Passivos					
Fornecedores		-	-	(10.030)	(10.030)
Debêntures		-	-	(79.918.827)	(79.918.827)
Outras contas a pagar		-	-	(38.564)	(38.564)
Mútuos a pagar com partes relacionadas		-	-	(513.335)	(513.335)
Total passivos		-	-	(80.480.746)	80.480.746
Total		441.783	35.192.067	(80.480.746)	(44.190.906)
31 de dezembro 2025					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	28.994	-	-	28.994
Debênture		-	39.170.050	-	39.170.050
Mútuos a receber		-	834.902	-	834.902

Total ativos	28.994	40.004.952	-	40.033.946
Passivos				
Fornecedores			(2.985)	(2.985)
Debêntures	-	-	(92.814.494)	(92.814.494)
Outras contas a pagar			(45.108)	(45.108)
Mútuos a pagar com partes relacionadas			(696.777)	(696.777)
Total passivos	-	-	(93.559.364)	(93.559.364)
Total	28.994	40.004.952	(93.559.364)	(53.525.418)

Consolidado

	Nível	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro 2024					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	13.808.231	-	-	13.808.231
Direitos creditórios a receber		-	144.270.614	-	144.270.614
Mútuos a receber	-	-	751.796	-	751.796
Total ativos		13.808.231	145.022.410	-	158.830.641
Passivos					
Debêntures		-	-	(319.665.161)	(319.665.161)
Fornecedores				(45.181)	(45.181)
Outras contas a pagar				(3.927.032)	(3.927.032)
Total passivos		-	-	(323.637.374)	(323.682.374)
Total		13.808.231	145.022.410	(323.637.374)	(164.851.733)

	Nível	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro 2025					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	10.912.544	-	-	10.912.544
Direitos creditórios a receber		-	8.217.160	-	8.217.160
Mútuos a receber	-	-	834.902	-	834.902
Total ativos		10.912.544	9.052.062	-	19.964.606
Passivos					
Debêntures		-	-	(371.273.986)	(371.273.986)
Fornecedores				(91.907)	(91.907)
Outras contas a pagar				(3.274.489)	(3.274.489)
Total passivos		-	-	(374.640.382)	(374.640.382)
Total		10.912.544	9.052.062	(374.640.382)	(354.675.776)

d. Risco de mercado

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. Esse risco é monitorado pela Administração por meio do acompanhamento contínuo das condições macroeconômicas e de mercado, incluindo a evolução das taxas de juros, índices de inflação, taxas de câmbio e demais indicadores econômicos que possam impactar os preços e a liquidez dos ativos da Companhia

e. Política anti-inflacionária

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. Devido a isso a companhia feito liquidações de

debentures mais onerosas bem como realinhado novos contratos de debêntures a fim de mitigar riscos e prejuízos relacionados a custo financeiro na captação de recursos e despesas financeiras.

f. Risco institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. O risco institucional é monitorado pela Administração por meio do acompanhamento contínuo de alterações na legislação, regulamentações aplicáveis e normas de autorregulação relacionadas às atividades da Companhia

g. Risco fiscal

A questão da reforma tributária que pode vir a impactar, dependendo de como o texto vai seguir e quais alterações teremos. Esse risco é monitorado pela Administração por meio do acompanhamento contínuo das discussões, alterações legislativas e regulamentações relacionadas à reforma tributária, com o suporte de assessores jurídicos e tributários especializados, visando avaliar potenciais impactos sobre as operações e a estrutura da Companhia.

h. Risco operacional

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. Esse risco é monitorado pela Administração por meio do acompanhamento contínuo das práticas internas de gestão, da revisão periódica dos processos organizacionais e da avaliação dos controles internos adotados pela Companhia

i. Direitos Creditórios

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. A companhia tem um histórico baixo de perdas, devido a sua política de cessão de crédito ser rigorosa e possuir toda uma estrutura de análise de crédito apoiada por softwares e empresas que complementam suas análises. Além do mais nos casos de renegociação com devedores a companhia possui um índice muito baixo de reincidência ou inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. A Companhia mitiga esse risco por meio da adoção de uma política rigorosa de cessão e análise de crédito, baseada em critérios internos de elegibilidade, avaliação da capacidade financeira dos devedores e acompanhamento contínuo da performance das carteiras adquiridas. O processo de análise é suportado por ferramentas tecnológicas, softwares especializados e informações fornecidas por empresas terceirizadas de análise de crédito, permitindo maior assertividade na avaliação do risco das operações. Adicionalmente, a Companhia realiza monitoramento periódico dos indicadores de inadimplência e concentração de carteira, bem como acompanhamento constante das condições econômicas e da capacidade de pagamento dos devedores. Nos casos de renegociação, são efetuadas novas análises de crédito e revisões das condições pactuadas, sendo observado historicamente baixo índice de reincidência de inadimplência nas operações renegociadas

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

Individual

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.994	441.783
Debênture	8	39.170.050	35.096.271

Consolidado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.912.544	13.808.469
Direitos creditórios a receber	5	209.159.090	144.270.614
Debênture	8	8.217.160	-
Mútuos a Receber	7	834.902	751.796

j. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros:

Individual

	2024		
	Valor contábil	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Mútuos partes relacionadas	513.335	-	513.335

	2025		
	Valor contábil	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Mútuos partes relacionadas	696.777	-	696.777

Consolidado

	2024		
	Valor contábil	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Debêntures	319.665.161	-	319.665.161

	2025		
	Valor contábil	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Debêntures	371.273.986	-	371.273.986

34 Transações entre Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se a rateio de despesas entre empresas do grupo e contratos de mútuos a pagar e receber, como também debêntures de investimento.

a. Mútuos entre partes relacionadas

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia renovou contratos de mútuo com partes relacionadas, houve amortização durante o exercício, permanecendo saldo de R\$ 696.777 (R\$ 513.335 em 2024) e possuem liquidação prevista para os exercícios de 2026 a 2028, podendo ser prorrogado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de mútuo com partes relacionadas está assim apresentada:

Individual

Valores a pagar	Tipo	2025	2024
One7 Securitizadora	Controlada	362.200	178.758
Legacy	Controlada	<u>334.577</u>	<u>334.577</u>
Total mútuos a pagar		696.777	513.335

b. Remuneração do pessoal chave

Durante os exercícios de 2024 não houve remuneração do pessoal da diretoria estatutária. A partir de 2025 os diretores começaram a receber pró-labore mensalmente.

c. Debêntures partes relacionadas

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia manteve a debênture com partes relacionadas, ficando o saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 39.170.050 (R\$ 35.096.271 em 2024).

35 Contingências

Para o ano calendário de 2025 a Companhia tem em contingência 21 (vinte e um) processos classificados como possível totalizando R\$ 4.123.103 ((R\$ 1.198.842) (15 em 2024). Classificados como provável possui 4 (quatro) (2025/2024), apresentado em 31 de dezembro de 2025, conforme a seguir:

	2025	2024
Provisão de contingência	<u>250.007</u>	<u>250.007</u>
Total	250.007	250.007

36 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. Até o momento da autorização da emissão, não existe fato relevante a ser indicado nesse item.

Tatuí - SP, 13 de maio de 2026

* * *

João Paulo Boneder Fiuza
Diretor Presidente

Everaldo Moreira
Procurador

Celina Ferrarezi Moises
CRC/SP: 1SP142.405/O-4

DF Final - Holding 2025 pdf

Código do documento 5cfe5d50-c591-44f7-b73a-b63ad089ef0e



Assinaturas



João Paulo Boneder Fiuza
jpfuza@one7.com.vc
Assinou

João Paulo Boneder Fiuza



Everaldo Moreira
everaldo@one7.com.vc
Assinou

Everaldo Moreira



Celina Ferrarezi Moises
celina@santacruz.com.br
Assinou

Celina F. N.

Eventos do documento

14 May 2026, 15:35:46

Documento 5cfe5d50-c591-44f7-b73a-b63ad089ef0e **criado** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2026-05-14T15:35:46-03:00

14 May 2026, 15:51:46

Assinaturas **iniciadas** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2026-05-14T15:51:46-03:00

14 May 2026, 16:12:16

CELINA FERRAREZI MOISES **Assinou** - Email: celina@santacruz.com.br - IP: 189.5.9.230 (bd0509e6.virtua.com.br porta: 57316) - **Geolocalização:** -23.347212 -47.847505 - Documento de identificação informado: 796.207.798-00 - DATE_ATOM: 2026-05-14T16:12:16-03:00

14 May 2026, 16:45:56

EVERALDO MOREIRA **Assinou** (743a92c3-41c6-4299-9558-034232fb09b9) - Email: everaldo@one7.com.vc - IP: 201.13.189.198 (201-13-189-198.dial-up.telesp.net.br porta: 18668) - Documento de identificação informado: 135.033.118-07 - DATE_ATOM: 2026-05-14T16:45:56-03:00

15 May 2026, 13:01:40

JOÃO PAULO BONEDER FIUZA **Assinou** - Email: jpfuza@one7.com.vc - IP: 201.13.189.198 (201-13-189-198.dial-up.telesp.net.br porta: 16022) - **Geolocalização:** -23.349281961377123 -47.849250648747585 - Documento de identificação informado: 263.142.358-55 - DATE_ATOM: 2026-05-15T13:01:40-03:00

Hash do documento original

(SHA256):3273ac9b05156541c8d5c8b938e101e5cf2e5ff9e0820dd7d3745b3ec72ddea3

(SHA512):031fb7e7d62a3d85ef96914daef6867d4c2439777260d47e8f66411724ab81156876894ef3cef4c1bd276f7ed98fa2f9ea22df1d4ad26d40ab9a4464794fde8e

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.
